

O tempo vai animado pelos calores estivais, pelas vitórias da Selecção Portuguesa de Futebol, mas, por debaixo de todo este cenário os motivos de preocupação avolumam-se.

O senhor PM vem agora apregoar que, afinal, a delapidação dos direitos adquiridos ao longo de gerações já não é suficiente. Que as medidas relativas à Segurança Social para garantir o seu autofinanciamento por mais 50 anos, que o anterior Governo do PS, do qual o actual PM era ministro preponderante, afinal foram um fracasso.

A solução, afiança hoje, está na degradação total dos mecanismos de garantia e segurança adquiridos constitucionalmente e que constituem a base da estabilidade que permite as sociedades se desenvolverem e progredirem.

Ainda a degradação imposta pelos diplomas promulgados ilegalmente no ano passado não está consolidada, já o PM ameaça com nova onda de degradação. Que, afinal, aquilo que ontem era afirmado como as medidas, embora negativas, exigidas no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para garantir o combate ao défice e o crescimento do País, hoje já não servem.

Verifica-se, tal como então dissemos, que essas medidas não vieram resolver nada! A economia não arranca, continuamos na cauda da Europa, com 2.500.000 de pobres dos quais (pelo menos) 200.000 passam fome, o desemprego dos nossos filhos e familiares continua a crescer (mesmo usando novas fórmulas de cálculo que o iludam), os reformados vêm-se à brocha com uma pilha de papéis (onde têm de declarar não só os seus rendimento e património como o dos seus familiares, potenciando situações de divisão nas famílias e, em último análise, passando para os filhos aquilo que são deveres do Estado).

E, assim, criando situações de fractura social, colocando portugueses contra portugueses – os pais contra os filhos, os encarregados de educação contra os professores, os queixosos contra os Magistrados e demais funcionários judiciais, os cidadãos contra os agentes de autoridade e contra os militares – uma vez uns, depois outros, todos vamos sendo etiquetados com o rótulo de **PREVILIGIADOS**, pondo em causa a coesão e a estabilidade nacional.

É como se estivessem a preparar o terreno para, amanhã, perante o inferno em que estão a transformar a vida nacional, os portugueses aceitem acriticamente uma qualquer solução de integração federal europeia, com ou sem referendo, com ou sem constituição europeia aprovada. De facto, nalguns sectores da nossa economia, como começa a ser evidente na agricultura e nas pescas, os ministros já são mais directores gerais de Bruxelas do que ministros de um País Soberano.

E assim vamos andando ao sabor das vitórias da Selecção de todos nós, das imperiais fresquinhas, da água refrescante das nossas (por enquanto) praias, distraídos a ver bondade e dando o benefício da dúvida porque aquilo que o PM diz não se aplica a nós. Há quem nem com as suas barbas a arder acredite que realmente há fogo.

Mas é, camaradas, aquilo que já aí está e o quadro que se apresenta confirma-o preocupantemente. Senão vejamos:

- **Grupo de Trabalho da ADM** – Em princípio este GT já deveria ter concluído o seu trabalho, as ex-ADM já deveriam estar extintas e com as suas dívidas saldadas, a nova ADM já deveria estar a funcionar legalmente, com as Portarias, Regulamentos e Despachos Conjuntos já deveriam estar promulgados, até porque já estão produzidos, o IASFA já deveria ter o seu estatuto revisto de modo a poder integrar nas suas funções a gestão da ADM, os 77 milhões de dívidas pendentes a várias entidades assumidas até 31 de Dezembro de 2006 já saldadas, etc.

Tudo isto seria o que deveria estar feito. Mesmo dando de barato as críticas e discordâncias de fundo que temos relativamente ao DL 167/2005 que veio impor este novo modelo de assistência na doença, como afinal, se trata de uma iniciativa do Governo seria justo esperar-se que aquele, diligentemente, já tivesse o produto dos seus desejos a funcionar em pleno, dentro da legalidade.

Mas não está! Porquê? É uma pergunta que deixamos para quem de direito responda.

- **GT da Saúde Militar** – Como todos sabemos foi criado recentemente mais um GT para produzir mais um estudo para fundir os Hospitais Militares e reformular a Saúde Militar.

Como se sabe, esta é uma matéria sobre a qual todos os Governos do Arco-do-poder têm produzido estudos e mais estudos, nomeadamente os ramos têm doutrina e projectos próprios sobre a matéria.

Mas nada disso serve! Recomeça-se o processo como se fosse virgem, como se não houvessem já estudos que o actual ministro a ler dia e noite não seria capaz de estudar no resto de mandato que sobra a este (des)Governo. Com que intenções?

Embora seja uma matéria cara aos militares, como implicações socioprofissionais importantes, que podem vir a ser graves, as associações socioprofissionais representativas dos militares não foram integradas nem convidadas a participar, reiterando-se o incumprimento da Lei 3/2001 (o Governo continua a agir fora da lei).

Mas há nos integrantes daquele GT um pormenor que pode desvendar as *intenções bondosas* do senhor ministro e do seu Governo: há pelo menos um elemento ligado ao Grupo Mello, com fortes interesses na área da Saúde.

- **GT da Reestruturação da carreiras** – neste GT o incumprimento da Lei mantêm-se. Desta feita o Despacho que o cria refere que: *o GT deve assegurar a participação das associações profissionais de militares*. Portanto, continuamos a não constar como entidades integrantes do GT.

E desta feita *asseguram-nos a participação* de uma forma ainda mais degradada e menos interventiva e participativa do que a que tem acontecido no GT ADM, onde, apesar de meros convidados, temos dado contributos importantes para a produção dos diplomas que o MDN continua sem assinar e publicar.

A fórmula escolhida pelo presidente do GT, TGEN Pinto Ramalho, também presidente do IESM, foi a de reunir separadamente com as associações. No primeiro cronograma de trabalho, tais *ouvições* aconteceriam 3 vezes, sendo uma aquela onde foi apresentada fórmula e o cronograma. Perante a contestação unânime das associações e o relato da experiência anterior de participação, o senhor mandou informar por e-mail que afinal, o cronograma foi alterado e o número de *ouvições* passou para o dobro, 6 reuniões.

Mas este GT, ao invés de começar por tratar dos problemas que já existem, resolvê-los, para criar uma base sã e sólida sobre a qual se possam construir os modelos de carreiras militar e retributiva e revistos os quadros orgânicos consentâneos com as actuais necessidades das FA, pretende, no cumprimento do Despacho do ministro (e provavelmente com a sua orientação!?), elaborar um novo projecto de carreira que contemple todas as vertentes relevantes para nós com a novidade de ter de tratar da *MOBILIDADE*.

Para podermos saber do que falamos e do que se trata, questionámos o presidente do GT sobre o significado daquela *MOBILIDADE*, dado que, também devido à nossa Condição Militar, nós e as nossas famílias, periodicamente temos de destacar para outra unidade, novos cargos e funções, que podem não ter nada a ver com as anteriores. Portanto, como de mobilidade sabemos nós militares, quisemos saber se se tratava dessa mobilidade. Fomos esclarecidos que não, esta *MOBILIDADE* tem a ver com a mobilidade de que fala o senhor ministro das Finanças no âmbito do PRACE.

Sabemos que alguns camaradas viram nesta informação, quando num e-mail anterior a divulgámos, uma coisa boa, que, assim, poderiam ir para outro ministério onde tivessem mais benefícios ou ficassem mais perto de casa ou adquirissem mais estabilidade ou... Pura ilusão!

Como se esses movimentos fossem destinados a gerir e a servir melhor os recursos humanos. E como se fossemos nós a escolher o local para onde queremos ir.

Isso poderia, em alguns casos e se colocasse a operacionalidade das FA em causa, ser de facto um bem. Mas não criem ilusões camaradas, oiçam o que diz o ministro de Estado e das Finanças (que continua a auferir suplemento de residência como se morasse no Porto) e para que serve esta *MOBILIDADE*. Vejam a apresentação que vos enviámos na anterior remessa de correio electrónico e aliem essa informação ao facto de neste momento os nossos quadros disporem de muitas centenas de camaradas supranumerários, que, nesse âmbito, podem transitar para um quadro de excedentários com as consequências que lá vêm definidas.

Mas eu não estou supranumerário, portanto isso não é para mim, dirão alguns... Não está hoje, neste enquadramento orgânico. E onde está a solidariedade que é devida aos militares e entre militares? E como ficam as necessidades orgânicas das FA depois de ser feita a reestruturação em curso já no Exército, com unidades, e regimentos a fecharem?

- **Iniciativas em marcha** – Desta vez conseguiu-se unidade para as 4 associações, **ASMIR, ANS, AOFA e APA** se unirem em torno de um **ENCONTRO DE MILITARES** a ter lugar no **Pavilhão do Belenenses (Lisboa, Restelo)** a realizar no próximo dia **12 de Julho de 2006**, pelas **20h30**, em **DEFESA DA CONDIÇÃO MILITAR**.

Nesse sentido, e para transmitir toda a informação de que dispomos e rasgarmos um bocado do cenário futebolístico atrás do qual tudo isto se está a passar, resolvemos promover reuniões de informação, debate e preparação do ENCONTRO e das acções futuras:

**Dia 29 de Junho pelas 20h00 –**

- ENTRONCAMENTO, Centro Cultural do Entroncamento aberto a todos os militares que desejem participar;
- FEIJO, Delegação n.º 1 do CSA, promovida pelas ANS e APA aberta a todos os militares que desejem participar.

Por fim camaradas, uma palavra de confiança e de esperança: tudo o que conquistámos até hoje foi feito com muito esforço, com muita determinação, paciência e luta, mas alcançámos aquilo que muitos consideravam impossível.

Em unidade, com a mesma determinação e capacidade de lutar mesmo com grande sacrifício, conseguiremos defrontar mais esta guerra com êxito!

Por hoje é tudo, divulguem por favor, mesmo que seja no intervalo dos jogos.

David' Pereira  
ANS